

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO
INTERPARLAMENTAR DA COMISSÃO DAS LIBERDADES CÍVICAS, JUSTIÇA E
ASSUNTOS INTERNOS (LIBE) DO PARLAMENTO EUROPEU**

Bruxelas, 4 de dezembro de 2023

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- *Deputada Nathalie Oliveira (PS), Comissão de Assuntos Europeus - chefe da delegação*
- *Deputado Bruno Nunes (CH), Comissão de Assuntos Europeus*

A assessoria na reunião foi prestada por Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia.

Da [agenda](#) da reunião, subordinada ao tema «*Situação do Estado de direito na UE*», constavam os seguintes pontos:

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Juan Fernando LÓPEZ AGUILAR, Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu (PE) deu as boas-vindas aos participantes, fazendo uma breve introdução sobre o Estado de direito, a sua evolução na UE e a sua importância, destacando ainda o relatório anual de 2023 sobre o tema.

Seguiu-se a intervenção do Comissário Europeu para a Justiça, Didier REYNDERS, que, através de mensagem vídeo, destacou o Estado de direito como valor principal da UE, integrando a liberdade, a democracia, a igualdade e o respeito pelos direitos fundamentais. Considerou o Estado de direito como o tópico mais debatido entre a Comissão Europeia e os Parlamentos nacionais nos últimos anos, dando nota que o respeito pelo mesmo não pode ser dado como garantido, sendo necessário responder aos seus desafios. Especificamente sobre o relatório anual 2023 sobre o tema, referiu-se à sua publicação em julho, à monitorização que este realiza da situação nos 27 Estados-Membros e o facto de passar a ser em breve também realizado relativamente os Estados candidatos à adesão à UE em fase mais avançada. Salientou que os Estados-Membros têm seguido as recomendações da Comissão nesta matéria, pretendendo o relatório servir de base de discussão a nível político e técnico, sendo por isso as trocas de pontos de vista com a Comissão LIBE e o grupo de monitorização importantes. Terminou mencionando a apresentação do relatório em vários Estados-Membros, destacando o diálogo como principal ferramenta da União Europeia (UE), embora considerando que, quando este não se mostra suficiente, a Comissão dispõe de instrumentos adicionais para agir, fazendo referência ao mecanismo de condicionalidade.

Pascual Ignacio NAVARRO RÍOS, Secretário de Estado para a União Europeia, em representação da Presidência espanhola, destacou também a importância do Estado de direito, do alargamento da UE e da inclusão de alguns Estados neste relatório. Frisou que o Estado de direito era uma prioridade da Presidência espanhola e deu nota dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Conselho Assuntos Gerais (nomeadamente o diálogo sobre o

tema em vários Estados e o lançamento de um questionário pela Presidência sobre as práticas relativas a esta matéria). Considerou este instrumento essencial para a proteção da democracia e dos valores comuns, continuando a Presidência a trabalhar com o Parlamento Europeu nesse sentido.

Por parte dos Parlamentos nacionais, Till STEFFEN, Membro do *Bundestag* da Alemanha, referiu-se aos ataques contra a magistratura e à utilização indevida da justiça, considerando-os inimigos da democracia. Aludiu à situação na Polónia e Hungria, ao apoio da Comissão Europeia relativamente ao alargamento e ao acompanhamento do processo por peritos, garantindo que a Comissão possa, no futuro, agir contra eventuais violações das disposições dos Tratados. Sobre os direitos fundamentais, deu nota da importância da possibilidade de recurso ao TJUE quando se verifique violação destes direitos por parte de um Estado-Membro no âmbito das suas próprias ações. Berry WARD, Membro do Parlamento da Irlanda, destacou o primado do direito, a influência da desinformação e o aumento da criminalidade neste âmbito, considerando que os problemas relacionados com estas matérias em linha não são exclusivas da Irlanda, acontecem em toda a UE, esperando atuação neste sentido com a criação de mecanismo de combate adequados e de atuação rápida, mitigando os danos relativamente ao primado do direito. Referiu-se às críticas apontadas à Irlanda no âmbito da indicação de juízes, justificando a diferença de funcionamento da magistratura no país. Theresa SCAVENIUS, Membro do Parlamento da Dinamarca, considerou o declínio da democracia como um problema global, destacando o papel da Europa na promoção dos seus valores, sobretudo junto de países candidatos. Mencionou os problemas internos da UE, nomeadamente a existência de Estados não totalmente democráticos dentro da Europa, a importância das instituições informais e as suas mudanças, a necessidade de reflexão política geral e sobre o paradigma económico, que prejudica a defesa dos valores base, assim como a necessidade de mais transparência, sobretudo no financiamento de partidos políticos e utilização de portas giratórias. Por fim, Vasileios Nikolaos YPSILANTIS, Membro do Parlamento da Grécia, começou por enfatizar os desenvolvimentos da Grécia após a crise económica também no âmbito do Estado de direito, encontrando-se refletido em vários aspetos como o sistema judiciário e a revisão dos seus códigos de conduta ou a sua digitalização, assim como a criação da polícia judicial. Deu nota da nova revisão do sistema em curso, dos progressos significativos alcançados, com base também nos fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Terminou referindo a luta contra a corrupção e a necessidade de maior cooperação, assim como os progressos gregos neste campo, com a criação de uma rede para combate a este fenómeno.

SESSÃO I: TROCA DE PONTOS DE VISTA SOBRE A SITUAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO EM 2023 - O RELATÓRIO ANUAL SOBRE O ESTADO DE DIREITO DA COMISSÃO E RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

Julien MOUSNIER, Diretor para o Estado de direito, direitos fundamentais e democracia da DG Justiça e Consumidores da Comissão Europeia, iniciou esta sessão referindo as conclusões e recomendações principais do relatório de 2023, como a evolução do sistema eficaz de justiça em geral, sendo a tendência nos Estados-Membros a realização de reformas para cumprimento das recomendações da Comissão, continuando a independência da magistratura a ser em alguns países uma preocupação. Referiu que a digitalização da justiça, o quadro anti-corrupção e reforço da investigação e as medidas para melhorar as condições de trabalho e segurança dos jornalistas são também áreas em que os Estados estão a trabalhar, a par da melhoria do processo legislativo e da participação das partes interessadas.

Por outro lado, Petra BÁRD, professora e investigadora da *Radboud University and Research Affiliate* e *CEU Democracy Institute*, considerou o declínio do Estado de direito uma questão urgente na UE e uma ameaça ao projeto europeu, uma vez que este é um projeto baseado em

leis e assente na premissa de que os Estados-Membros são Estados de direito. Salientou que sem independência dos tribunais nacionais não há UE e analisou os relatórios 2023, concluindo pela sua boa preparação e lembrando a recomendação para alargamento do âmbito de aplicação do relatório a outros valores do artigo 2.º como a democracia e os direitos fundamentais. Considerou que o relatório permite manter o assunto atual e estabelecer tendências neste campo e deu nota da importância de incluir os acórdãos do TJUE e nacionais no relatório.

Seguiu-se a intervenção de Sophie IN'T VELD, Presidente do grupo de monitorização da democracia, Estado de direito e Direitos Fundamentais e relatora do Parlamento Europeu sobre o Relatório anual do Estado de direito, recordando que foi pedido que este exercício fosse conjunto entre as instituições e os Parlamentos nacionais e que o PE também reúne com os Estados-Membros para analisar esta matéria. Destacou a importância de normas comuns nesta matéria na UE, focando-se nas questões relativas à captura política do sistema judiciário, utilização de *software* espião também para fins políticos, os problemas com a liberdade de imprensa e a segurança dos jornalistas, mas também com os direitos fundamentais, sobretudo nas fronteiras externas da UE. Entendeu que a Comissão Europeia não pretende entrar em conflito com os Estados-Membros e por isso não é possível manter o controlo do Estado de direito.

SESSÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

Durante o período de debate registaram-se várias intervenções por parte de deputados do Parlamento de Espanha relativamente à situação vivida no país no que respeita ao Estado de direito. Por um lado, foi defendida a universalidade das leis e o benefício da lei da amnistia para a fuga à justiça em Espanha, considerado um ataque frontal ao Estado de direito e uma isenção de responsabilidade penal. Por outro, foi considerado que Espanha tinha uma democracia madura, uma constituição com 45 anos e um Estado social e democrático, não subsistindo questões quanto ao Estado de direito no país. Considerou-se ainda a amnistia legal, baseada na jurisprudência, sujeito ao direito europeu e não sendo uma figura alheia ao direito espanhol e ao direito comparado, tendo Espanha uma democracia indiscutível e incontestável, resultando em vários danos a constatação contrária.

Registaram-se também intervenções relativas às reformas feitas em Malta, ao apoio e orientação feitos com parceiros europeus e internacionais nesta sede e a importância da proteção dos jornalistas e direitos humanos, as represálias contra os juizes e as suas posições políticas na Polónia, esperando poder agora o novo governo restaurar o Estado de direito no país, à situação na Grécia, nomeadamente relativamente ao controlo do governo relativamente à informação que chega aos cidadãos, escutas telefónicas, vigilância por parte de *softwares* espíões, independência dos meios de comunicação social e as consequências destes aspetos no Estado de direito e democracia gregos. Os deputados ao Parlamento Europeu defenderam essencialmente a importância do registo das infrações ao Estado de direito, os progressos realizados na proteção de jornalistas, independência do poder judiciário e combate aos desafios populistas em Estados sem essa tradição.

Intervieram nesta sessão dos deputados da Assembleia da República:

Nathalie OLIVEIRA (PS), que considerou que a UE estava exposta a um risco sem precedentes por todas as crises que a afetam, destacando as ideias populistas que criam políticas autoritárias que afetam os jovens. Referiu ainda os desafios enfrentados pelos países no que se refere ao Estado de direito e as questões que se põem relativamente ao poder judiciário e à proteção dos jornalistas, considerando que em muitas democracias na Europa o Estado de direito era posto em causa, devendo a UE defender os seus valores e combater questões como o terrorismo e a migração ilegal. Apesar dos progressos referidos no relatório 2023, esclareceu

que se deveria agir mais atempadamente quanto aos desafios e deixou questões relativas à necessidade de sobrepor a segurança ao Estado de direito e se seria esta uma União de direitos.

Bruno NUNES (CH), que se referiu aos comentários relativos aos perigos do populismo, considerando esta uma questão de psicologia invertida, referindo-se à situação política em Portugal, à queda do governo com base em suspeitas de corrupção, nepotismo e controlo da informação, dando nota da pressão colocada sobre a justiça para que delibere rapidamente este processo e evite a sua influência nas próximas eleições. Aludiu ainda à criação de uma lei para limitação do discurso político que seja considerado discurso de ódio, apelidando estas medidas de ditadura de esquerda, mencionando ainda o caso da nomeação do procurador europeu português e a sua ligação ao caso de condenação do ex-Primeiro-Ministro de Portugal e à não conclusão do processo, salientando ainda que os juízes do Tribunal Constitucional são nomeados pelo Parlamento. Terminou com uma referência às próximas eleições em Portugal e ao crescimento do partido a que pertence pela falha dos partidos do sistema não só no seu país, mas em toda a Europa.

SESSÃO II: A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO COMO PILAR DA DEMOCRACIA

Na segunda sessão, Hanne JUNCHER, Diretora para a Sociedade de Informação e ação contra o crime e antiga Secretária-Executiva GRECO do Conselho da Europa, referiu-se ao acompanhamento que a GRECO faz do trabalho da UE, considerando as recomendações e formato de relatório ideal, com um procedimento sólido de seguimento e bastante cooperação com os Estados da GRECO. Considerou ainda essencial explorar melhor este tema, podendo a UE considerar a adesão à GRECO, tendo presentes os impactos negativos da corrupção e a necessidade do seu combate, nomeadamente com transparência na legislação e ações da sociedade civil.

Vitor TEIXEIRA, da *Transparency International*, referiu três aspetos essenciais neste tema para a democracia e o Estado de direito: a utilização das ferramentas disponíveis a nível da Comissão Europeia, dando o caso da Hungria como exemplo; a interferência externa e o *lobby* na UE; a necessidade de legislação sólida contra a corrupção, apresentando a iniciativa da Comissão sobre o tema algumas falhas, nomeadamente no conceito de corrupção e a na definição de vítimas estatais e não estatais. Terminou referindo que as reformas são difíceis, mas possíveis e necessárias. Till STEFFEN, Membro do *Bundestag* da Alemanha, interveio de seguida para mencionar o registo de transparência existente na Alemanha, a pegada legislativa que funciona como base indicativa para os grupos de pressão e as sanções dos deputados no âmbito da corrupção, e Cristian-Augustin Niculescu-Țâgârlaș do Senado Romeno, deu nota do esforço constante da Roménia relativamente às recomendações do relatório, considerando a troca de pontos de vista entre os Estados-Membros e com as instituições muito importante, e aludindo à estratégia anti-corrupção implementada no seu país.

SESSÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

Nesta sessão de debate, registaram-se observações sobre a importância da cooperação e união na UE para combater a corrupção, reduzindo-a a um conceito e não uma prática, a nova legislação romena e reforma do setor judiciário, a relação da corrupção com os problemas económicos nos Estados, a importância de um quadro regulamentar que assegure a eficácia da sua punição, a estratégia anti-corrupção, mas também anti-fraude, apresentada pela Hungria, ao caso de corrupção no PE (*Qatargate*), assim como a relação da parte política com diversas empresas e a corrupção que daí advém e novas referências à amnistia em Espanha.

Interveio neste debate o deputado Bruno NUNES (CH), dando nota da existência de uma teia de corrupção instalada na Europa, aludindo novamente ao caso português e aos seus contornos que envolvem o gabinete do Primeiro-Ministro, reportando a Europol e a Interpol a este mesmo gabinete. Considerou a legislação branda nestes casos, sem penalizações sérias para os crimes de corrupção, dando como exemplo o cumprimento de penas por autarcas que podem voltar a ser eleitos para o mesmo cargo, e referindo-se às declarações de interesses dos membros do governo e ao envolvimento de outros membros também em escândalos de corrupção, nomeadamente em projetos que envolvem fundos europeus, dando nota que o país se encontra minado de corrupção.

CONCLUSÕES

Juan Fernando LÓPEZ AGUILAR concluiu o debate e agradeceu a presença dos deputados.

O vídeo integral da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

Assembleia da República, 28 de dezembro de 2023

A chefe da delegação da Assembleia da República

(Deputada Nathalie Oliveira)

